

**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E
SERVIÇOS**

REQUERIMENTO Nº DE 2019
(Dos Srs. Zé Neto, Otaci Nascimento, Alexis Fonteyne, Charlles Evangelista)

Requerem seja realizada Audiência Pública para debater a situação do atraso nos repasses federais e contingenciamento orçamentário para o financiamento habitacional popular e as consequências para a Cadeia Produtiva da Construção Civil.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeremos a Vossa Excelência, ouvido o plenário desta Comissão, que seja realizada Audiência Pública para tratar do atraso nos repasses federais e contingenciamento orçamentário para o financiamento habitacional popular e as consequências para a Cadeia Produtiva da Construção Civil.

Para tanto convidamos:

O Exmo Ministro da Economia, Sr. Paulo Roberto Nunes Guedes;

O Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção - Cbic, Sr. José Carlos Martins ;

A Coordenadora de Estudos da Construção Civil do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas – Ibre/FGV, Sra. Ana Maria Castelo;

A Representante da União Nacional por Moradia Popular – UNMP, Sra.Evaniza Lopes Rodrigues.

JUSTIFICAÇÃO

O programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), em 2009, completa 10 anos nesta segunda-feira (25), com 5,5 milhões de unidades contratadas, sendo que 4 milhões já

foram entregues à população. Apesar de considerado revolucionário para o setor habitacional brasileiro, o programa vem sofrendo cortes nos investimentos e já preocupa a construção civil.

Os maiores cortes no MCMV foram justamente na Faixa 1, em que os imóveis são 100% subsidiados pelo governo federal e que atende famílias com renda de até R\$ 1,8 mil. A Faixa 1 respondia por cerca de 50% do total de unidades habitacionais contratadas. Em 2013, esta participação chegou a 59%.

De maio de 2009 a dezembro de 2018, o MCMV viabilizou a construção de 5.567.032 habitações, com investimentos de R\$ 463,7 bilhões, média anual de R\$ 43 bilhões. Em 2017, contudo, com a aprovação da chamada PEC do Teto de Gastos (EC 95/2016) – aprovada por Temer, que congela investimentos em áreas sociais por 20 anos, esse índice ficou abaixo de 21% para 2018.

Para 2019, o programa tem o seu menor orçamento desde sua criação, contando com apenas R\$ 4,4 bilhões. Os cortes também foram registrados nas faixas que atendem famílias com rendas mais altas.

Sala da Comissão, em de março de 2019.

Deputado Zé Neto
PT-BA

Deputado Otaci Nascimento
Solidariedade/RR

Deputado Alexis Fonteyne
Novo/SP

Deputado Charlles Evangelista
PSL/MG